

Atribuição de casas gera descontentamento nos funcionários do Conselho de Ministros

Jornal O PAÍS

15 de Abril de 2011

Prometidas há vários anos, aos trabalhadores que nunca tinham beneficiado de uma casa atribuída pelo Estado, alguns funcionários do Conselho de Ministros dizem-se injustiçados com o expediente utilizado na atribuição das casas do condomínio construído em Camama. Está instalado um verdadeiro ambiente de nervos no secretariado do Conselho de Ministros, órgão consultivo do Presidente da República e chefe do Executivo.

No cerne deste clima está a atribuição de casas aos trabalhadores mais antigos que a elas nunca tiveram acesso, alguns por mais de 28 anos de trabalho, disse a O PAÍS uma fonte daquele gabinete.

Depois de uma longa esperança, 10 anos, alguns trabalhadores viram-se preteridos em favor de funcionários admitidos, recentemente, nos quadros do Conselho de Ministros, uma situação que lhes desagradou pro fundamento. “Nós temos colegas que estavam aposentados, continuaram a trabalhar mesmo sem salários só para ter acesso à casa que foi uma promessa reiterada das anteriores direcções que passaram pelo Conselho de Ministros”, disse a fonte que solicitou anonimato.

Segundo relatou a fonte, o clima por lá está tão mal que alguns colegas seus poderão não suportar o choque causado por esta medida. Duas semanas para pagar os primeiros 5 mil dólares americanos. Outra das razões que agravou o clima de exasperação entre os funcionários, prende-se com o facto de os contratos versarem que os beneficiários das residências no condomínio do Conselho de Ministros terão de depositar o primeiro sinal, 5 mil dólares americanos, que os habilitará a assinar o contrato, até ao dia 22 do corrente.

A fonte assegurou que foram informados que o custo das casas é de 60 mil dólares, a liquidar em 20 anos, mas, ainda assim, alguns beneficiários mostram-se descontentes com os termos do contrato.

“Nós ainda temos colegas que auferem um salário de 12 mil Kwanzas. Como é que, nestas

condições, nós poderemos pagar estas casas?”, questionou a fonte.

Às obrigações contratuais, já de si vistas como bastante pesadas, associa-se outro conjunto de despesas relacionadas com a manutenção do condomínio que, contas feitas por alto, rondarão os 500 dólares todos os meses, segundo a fonte.

“Está bem que nos deram garantias de que se, eventualmente, os beneficiários se mostrarem incapacitados de honrar o compromisso, os herdeiros poderão fazê-lo, mas nós não estamos seguros desta garantia que não está escrita em lado algum”, lamentou.

Do tipo T3, as casas podem bem ser enquadradas no leque de imóveis de média renda e, no condomínio, estão todos os escalões de funcionários do secretariado do Conselho de Ministros, sem qualquer diferenciação nos termos contratuais, sobre tudo nos valores apagar, segundo a fonte deste jornal.

“Eu vi um colega nosso do grupo dos técnicos superiores que ainda esta semana foi ao banco e depositou de uma só vez 20 mil dólares para a amortização do custo da casa”, de sabafou.

O dilema de muitos funcionários de rendimentos baixos do Conselho de Ministros prende-se com o facto de o recurso ao crédito não ser uma solução à vista, porque, segundo apurámos, o Banco de Poupança e Crédito, onde têm as contas domiciliadas, leva 90 dias a conceder um empréstimo mínimo de 5 mil dólares.

O endividamento está a ser encarado com a saída para ao menos terem acesso à assinatura do contrato da casa no condomínio situado algures na comuna de Camama, ao Kilamba - Kiaxi.

O não depósito deste valor leva à perda do direito de assinatura do contrato e, conseqüentemente, do direito a uma casa no condomínio do Camama. Neste momento, a azáfama é grande entre os contemplados.